

## RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA NO SENADO FEDERAL



**Data:** quarta-feira, 25 de novembro de 2015

### **Presentes**

Senador Paulo Rocha e Keneth (assessor)

**FENASPS:** Eduardo Franco (SP) Luciano Veras (SC) Moacir Lopes (PR) Thaize Antunes (SP)

Em clima tenso no Senado Federal, com a prisão do líder do Governo no Congresso, Delcídio Amaral, primeiro senador da República a ser preso desde o regime militar, a Fenasps se reuniu com o senador Paulo Rocha e assessoria de gabinete para discutir o descumprimento do acordo da greve dos servidores do INSS deste ano, considerando que há várias demandas não cumpridas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social e pela Direção do INSS.

A FENASPS fez um breve relato do cenário institucional após a mobilização dos trabalhadores do INSS que estiveram em greve por mais de 85 dias, após assinatura do termo de acordo. Os trabalhadores em sistema de mutirão atenderam a demanda de atendimento aos milhões de segurados que procuraram os serviços da Previdência Social e apesar de estarem fazendo sua parte houve o descumprimento do acordo de greve por parte do governo.

Desde o retorno ao trabalho, a categoria aguarda a revogação da Instrução Normativa (IN) nº 74, reiteradamente prometida e adiada pela Direção Central. Além disso, ocorreram corte de parcelas de salários, como o desconto sobre o décimo terceiro e no vale-transporte e até a presente data não há solução para as APS's que perderam o Turno Estendido por critérios que não são de competência dos servidores, bem como não foram incluídas novas agências no REAT.

Não foram também definidas datas para publicação do decreto de fechamento das APS com número reduzido de servidores fazerem 30 horas, além de não terem sido enviados ao congresso os projetos de lei que regulamentam os pontos negociados na greve.

A Fenasps alertou ainda que o seguro-defeso tem dificultado sobremaneira o trabalho já extenuante e sem condições adequadas para a demanda normal que já sobrecarrega o trabalho no dia-a-dia. Entendemos que é papel do governo convocar a força de trabalho oriunda do Ministério do Trabalho e Emprego, com especialização neste tipo de trabalho, para executar tais funções, uma vez que agora houve a unificação institucional dos Ministérios do Trabalho e Previdência Social. Existe ainda o receio sobre a possibilidade do INSS passar a englobar o seguro-desemprego urbano. Se isto vier a acontecer, será impossível fazer atendimento ao público nas unidades do INSS.

Apesar de o governo saber que não foram tomadas medidas para resolver os problemas que levaram a categoria à greve, os gestores do Seguro Social insistem em manter os conceitos de produtividade, controlando o trabalho por meio de indicadores, reapresentados com planilhas que contém uma série de discrepâncias e incongruências, distorcendo os termos do acordo para repor a demanda da greve, e não encaminhando a discussão do Plano de Ação em tempo hábil, conforme estabelecia o Termo de Acordo de greve, que foi um dos itens mais importante negociados com os trabalhadores em luta.

O senador Paulo Rocha afirmou que foi totalmente contrário à junção dos ministérios, porém tem se encontrado com Gabas e disse que a reforma ministerial ainda se encontra em debate no Congresso, existindo com isso uma indefinição política sobre atribuições, funções e poderes que terão os Supersecretários da Previdência e Trabalho, fatores que têm atrasado a tomada de decisões, impedindo que haja uma maior celeridade nas questões importantes envolvendo tanto a Previdência quanto o Trabalho. Sugerimos então que seja orientada à Direção do INSS a adoção do mesmo procedimento, aguardando estas definições, sem ficar tentando impor prazos e cobranças na questão da reposição dos serviços da greve.

A FENASPS questionou sobre o andamento da [PLS 630/2015](#), que trata da anistia de greve no INSS em 2009, visto que implicaria além das questões das multas, no cumprimento do acordo com Ministério do Planejamento e consequente devolução dos valores retidos dos servidores que aderiram ao movimento naquele ano.

Segundo o Senador Paulo Rocha, a questão do PLS 630 está muito bem encaminhada e deverá ter resolução rápida, dependendo das contingências que possam aparecer no legislativo, uma vez que em função de seu caráter terminativo e processamento não precisará ir ao Plenário da Casa, tendo apenas que ter o parecer da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde se encontra atualmente.

Ao final da exposição, a FENASPS voltou a solicitar audiência conjunta com representantes do Ministério o mais breve possível e o senador após contato com Secretario de Previdência, Carlos Gabas, disse que existe possibilidade de reunião ainda esta semana, pendente de confirmação quanto à data e hora.

O plantão FENASPS estará atento e aguardará a confirmação do gabinete do senador para levar estas e outras questões ao conhecimento do Ministro da Pasta, Miguel Rossetto, esperando acelerar decisões e equacionar os problemas emergenciais pendentes do acordo de greve.

Sobre a [PEC 139/2015](#), que dispõe sobre o Fim do abono permanência, a mesma se encontra na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara Federal, aguardando tramitação. As entidades dos SPFs estão pressionando os deputados para rejeição da mesma para evitar que haja aumento do caos na Administração Pública.

*Brasília, 25 de novembro de 2015*

**Diretoria Colegiada da FENASPS**